

entre linhas

Ano XIV
Número 67
Jul-Ago-Set 2014



DO CONSULTÓRIO ÀS RUAS: O COMPROMISSO SOCIAL NAS PRÁTICAS DO(A) PSICÓLOGO(A)

Muito mais do que um discurso, o conceito de compromisso social está presente no dia a dia dos(as) psicólogos(as) nos mais diferentes campos de atuação: na Clínica, na Educação, no Trabalho, na Avaliação Psicológica, nas Políticas Públicas e em outras áreas. Ao completar 40 anos, o CRPRS propõe à categoria uma reflexão sobre a contribuição das diferentes práticas profissionais à sociedade.

**CRPRS lança campanha
em homenagem ao
Dia do Psicólogo**

pág. 3

**Movimento da Luta
Antimanicomial**

pág. 12



Nesta edição do EntreLinhas convidamos profissionais de diferentes áreas de atuação a refletir sobre o compromisso social da Psicologia e de que forma sua prática profissional transforma o mundo em que vivemos.

O CRPRS acredita que falar de uma prática comprometida socialmente significa falar de uma atuação implicada com o contexto em que estamos inseridos e que busca a transformação da

vida. E para você, qual o compromisso social da Psicologia?

Para estimular essa reflexão, a Gestão Mobilização está dando início a um projeto para ir ao encontro da categoria, realizando um movimento de aproximação pela participação e promoção de debates. Em parceria com Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul e Sociedade de Psicologia, serão realizadas 40 intervenções em diferentes regiões do estado. A ideia é mostrar a força do diálogo para a construção e o fortalecimento da profissão. Para consolidar isso, lançamos a campanha do Dia do Psicólogo com o conceito “Nossa força está no diálogo. Nossa mobilização, em qualquer lugar”.

Fique atento à agenda de atividades, mobilize-se e participe!



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 7ª Região

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Alexandra Maria Campelo Ximendes, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **Georgia Welp**, CRPRS-4614, por infração ética aos artigos 1º, alínea “b”, 2º, alíneas “g” e “k” e 14 do Código de Ética Profissional do Psicólogo e Resolução CFP nº 007/2003.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2014.

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão Editorial: Alessandra Xavier Miron, Bruna Osório, Lucio Fernando Garcia e Zuleika Köhler Gonzales.

Jornalista Responsável:

Aline Victorino – Mtb 11602

Estagiária de Jornalismo:

Audrey Lockmann Barbosa

Redação: Aline Victorino

Relações Públicas:

Belisa Giorgis / CONRERP/4-3007

Nadia Miola / CONRERP/4-3008

Eventos: Adriana Burmann

Comentários e sugestões:

imprensa@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede:

Av. Protásio Alves, 2854/301

Porto Alegre

CEP: 90410-006

Fone/Fax: (51) 3334-6799

crprs@crprs.org.br

Subsede Serra:

Rua Coronel Flores, 749/505 – **Caxias do Sul**

CEP: 95034-060

Fone/Fax: (54) 3223-7848

caxias@crprs.org.br

Subsede Sul:

Rua Félix da Cunha, 772/304 – **Pelotas**

CEP: 96010-000

Fone/Fax: (53) 3227-4197

pelotas@crprs.org.br

Subsede Centro-Oeste:

Rua Mal. Floriano Peixoto, 1709/401 –

Santa Maria

CEP: 97015-373

Fone/Fax: (55) 3219-5299

santamaria@crprs.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação:

Tavane Reichert Machado

Ilustrações: Marcia Guimarães Spies e

Liziane Minuzzo

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 15.000 exemplares

Distribuição gratuita

www.crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiar

 youtube.com/crprs

Sumário

04	FIQUE ATENTO	<i>De que compromisso social estamos falando?</i>	18	CREPOP <i>Tempo de Travessia</i>	
05	RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Mediação de Conflitos: para além de um fazer psicológico, uma nova forma de investimento social</i>	<i>Uma Psicologia em constante movimento</i> <i>CRPRS: 40 anos de história</i>	19	ORIENTAÇÃO <i>Resolução 18/2002 e o desafio à profissão</i>	
06	40 anos do CRPRS <i>Do consultório às ruas: o compromisso social nas práticas do(a) psicólogo(a)</i>	12	ENTREVISTA <i>Luta Antimanicomial</i>	20	AGENDA
		16	ARTIGO <i>Inquietações sobre a guerra às drogas</i>		

Campanha pelo Dia do Psicólogo

Para marcar o Dia do Psicólogo, comemorado em 27 de agosto, o CRPRS lança a campanha “Nossa força está no diálogo. Nossa mobilização, em qualquer lugar”.

Criada pela agência de propaganda Engenho de Ideias, a campanha prevê anúncios em rádio, jornal, outdoor e traseiras de lotação. O conceito criativo foi desenvolvido a partir da compreensão de que a Psicologia se insere no contexto social atual por meio do diálogo constante e da participação ativa na construção de uma sociedade mais justa. Essa intervenção acontece em qualquer tempo ou lugar, comprometida com a promoção e defesa dos direitos humanos.



Saiba mais sobre a campanha acessando www.crprs.org.br.



PL 7197

→ O CRPRS faz um alerta com relação ao Projeto de Lei nº 7.197 de 2002 que tramita no Senado Federal. A proposta representa um retrocesso aos direitos das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei e defende modelos institucionais que perpetuam a segregação dessa parcela da população.

O PL, uma reedição de projetos anteriores, acrescenta parágrafos aos artigos 104 e 105 da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e propõe a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.

Indica, ainda, a obrigatoriedade de avaliação psicológica do adolescente que tiver praticado um ato infracional para determinar a continuidade da medida de privação de liberdade ou possibilitar a internação preventiva. O CRPRS acredita que o legislativo deve criar condições favorecedoras do atendimento em rede para a efetivação dos direitos à saúde ao invés de trabalhar na reedição de modelos aparentemente inovadores, mas com as mesmas premissas questionáveis e possíveis efeitos de exclusão e estigmatização.



Fique atento e acompanhe as discussões sobre este e outros Projetos de Lei pelo site www.crprs.org.br.

Eleições 2014

→ Em 05 de outubro a população brasileira irá às urnas. O CRPRS espera que os representantes eleitos para o Poder Executivo e Legislativo possam contribuir no fortalecimento das políticas públicas e em ações efetivas de garantia de direitos.



Confira carta produzida pelo CRPRS aos candidatos em www.crprs.org.br/entrelinhas67.

Diferença de Classe no SUS

→ O CRPRS acredita no Sistema Único de Saúde (SUS) universal, equânime, integral e 100% público. Por isso, vê com preocupação propostas como a diferença de classe no SUS, que permite ao paciente ter acesso a uma acomodação melhor, bem como escolher profissionais da saúde de sua preferência, pagando uma diferença por isso. Recentemente, o Conselho Regional de Medicina do RS (CREMERS) interpôs Recurso Extraordinário (RE 581488) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão da Justiça Federal da 4ª Região que deu sentença desfavorável à autarquia, sob a argumentação de que a prática da diferenciação de classe para atendimento no sistema público de saúde está proibida desde a implantação do SUS.



O relator do Recurso no STF é o ministro Dias Toffoli. Fique atento e acompanhe o debate em www.crprs.org.br.

Mediação de Conflitos: para além de um fazer psicológico, uma nova forma de investimento social

Minha trajetória como psicóloga familiar me instrumentalizou para o despertar de que há mais de um modo de interpretar uma verdade: a verdade de cada um. Assim, há três anos comecei a trabalhar com mediação de conflitos na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Instituto de Mediação Psicologia e Pesquisa. Lá, atendemos a todo o tipo de conflito e de demanda: familiar, casais, relações de trabalho, cuidado com idoso, entre outras.

Quando se pensa em conflitos, embates, processos judiciais, logo relacionamos à lentidão, dependência, morosidade e relações de poder. Mudando esse cenário e fornecendo novas possibilidades de intervenções extrajudiciais aos mais variados problemas da sociedade, a mediação de conflitos é uma opção que permite a resolução de problemas sem que seja necessário envolver a Justiça. Essa medida evita desgastes desnecessários no relacionamento entre as pessoas no contexto em que o atrito está estabelecido, promovendo resolução pacífica com resultados eficazes e preservando as relações.

Nós, mediadores, percebemos que a mediação vem crescendo ao longo dos últimos 15 anos em nossa sociedade, como um novo procedimento e um

novo compromisso político capaz de reduzir a desigualdade e a violência. A utilização da mediação de conflitos, junto às famílias e à comunidade em geral, estimula uma releitura dos conflitos, despertando uma nova forma de atuação e de esperança.

Atualmente, muitos profissionais estão envolvidos com mediação, gerando também um novo desafio. Precisamos com urgência superar a segmentação tradicional dos diferentes campos e saberes. Cada vez mais é fundamental a busca por pontos de convergência entre várias áreas do conhecimento e abordagem conjunta dos saberes, para que ocorra, de fato, uma relação epistemológica entre disciplinas, resultando em qualidade de vida e bem estar nas relações. No sentido de ampliar, atualizar, transmitir e convergir áreas afins é que se propicia uma relação entre saberes e se fomentam novas experiências nas pesquisas em desenvolvimento neste campo profissional. Compartilhar este relato é um convite neste sentido.

Da mesma forma que a experiência em mediação de conflitos desperta em mim, a cada dia, uma nova Psicologia, minha trajetória em Psicologia resulta, em cada caso atendido, uma nova forma de entender conflitos.



Cristiani Ramos Ricci
Doutoranda em Psicologia Social, Psicóloga Clínica, Especialista em Psicologia Escolar, Especialista em Avaliação Psicológica, Mediadora de Conflitos, idealizadora do IMEPP – Instituto de Mediação Psicologia e Pesquisa.



PARTICIPE!

Você também quer compartilhar sua experiência como psicólogo (a)? Envie um relato para imprensa@crprs.org.br destacando sua prática. Os textos serão avaliados pela Comissão Editorial do Entrelinhas e poderão ser publicados nas próximas edições do jornal.



Do consultório às ruas: o compromisso social nas práticas do(a) psicólogo(a)

Ao completar 40 anos, o CRPRS propõe à categoria uma reflexão sobre a contribuição das diferentes práticas profissionais à sociedade. Muito mais do que um discurso, o conceito de compromisso social está presente no dia a dia dos psicólogos nos mais diferentes campos de atuação: na Clínica, na Educação, no Trabalho, na Avaliação Psicológica, nas Políticas Públicas etc. Falar de uma prática comprometida socialmente significa falar de uma atuação implicada com o contexto em que vivemos e que busca a transformação da vida.

Para **Félix Guazina**, que atua na Formação e na Clínica, o compromisso social nessas áreas está relacionado a uma questão de ética. **“Não há como conceber uma Clínica que seja descontextualizada de uma política, compreendendo essa como as ações da *práxis* que transformam as vidas das pessoas.** Na docência a questão do compromisso social torna-se algo mais radical, na medida em que o escopo da produção de conhecimento está na construção de saberes que incidem no social e que produzem



Félix Guazina:
Psicólogo, Mestre
em Psicologia Social
e da Personalidade,
Docente da Unifra.

modos de viver mais dignos para todos os segmentos da sociedade”.

A Psicanálise, relacionada à tradição positivista das ciências humanas, foca-se na ética do desejo e, devido a isso, é erroneamente taxada de elitista e alienada socialmente. “Fazer com que o sujeito advenha com a consistência necessária para responsabilizar-se por aquilo que deseja não significa dizer que seja, desde uma perspectiva individualista, um sujeito fascinado pelo seu próprio narcisismo e alienado do mundo onde vive. Ao contrário, desde Freud, a proposição psicanalítica de que a Psicologia individual é, ao mesmo tempo, Psicologia Social e a tese de Lacan de que o inconsciente é o discurso do outro, não deixam dúvidas do quanto a revolução subjetiva que uma análise possibilita articula-se em seus efeitos à posição do sujeito no mundo, incluindo-se aí a esfera coletiva e política”, afirma **Siloé Rey**.

A Psicologia do Trabalho exerce seu compromisso social ao ter sua ação orientada para a transformação das relações e processos de trabalho, discutindo e problematizando os modos de trabalhar na contemporaneidade. Conforme Tatiana Baierle, **“trata de fazer uma interlocução entre o mundo do trabalho e a subjetividade humana de modo a potencializar este espaço como território de produção de sentido, relações, vida.** Contribuir para que as relações do e no trabalho sejam melhores implica neste compromisso ético (de promoção do respeito à vida) e político (de necessidade de implicação deste saber-fazer da Psicologia com as diferentes questões que produzem a subjetividade)”.

Uma Avaliação Psicológica, por exemplo, pode se configurar como uma forma de auxílio ou exclusão. “Um parecer ou laudo psicológico pode ter um efeito libertador ou estigmatizador na vida de um indivíduo. **A Avaliação Psicológica entrelaçada pelo conceito de compromisso social é aquela que prima pela exatidão técnica, pela clareza teórica, pela ética e pela perspectiva político-social que seu resultado terá para indivíduo e sociedade**”, acredita **Anderson Comin**.

Simone Courel destaca como sua prática está relacionada ao conceito de compromisso social. “Atuar na área Clínica ou em instituições educativas com compromisso social entre os anos de 1990 e 2000 era um ato revolucionário, pois a Psicologia ainda era muito vista, principalmente fora da academia, como uma ciência e prática focada no indivíduo e sua ‘adaptação ao meio’. **Entender que o sujeito com o qual se lida é um sujeito ‘biopsicossocial’, com suas singularidades, inserido, construído e construindo a realidade que o cerca, é fundamental na minha prática profissional.**”, afirma Simone. Na atuação em Psicologia Educacional, o compromisso social implica no questionamento do modelo tradicional e das práticas conservadoras, padronizadas e pautadas no paradigma cartesiano ainda presente na filosofia educacional e no sistema de ensino de muitas instituições educativas. **“O compromisso com a inclusão se dá pela promoção e exercício da crítica construtiva, respeitando o processo de todos os atores do contexto educativo.** Assim, meu fazer é um ato comprometido a refletir, agir e promover o mesmo em cada sujeito deste processo”, explica.



Siloé Rey:
Psicóloga,
Especialista
em Psicologia
Clínica, Mestre em
Psicologia Social e
da Personalidade,
Psicanalista Membro
da APPOA.

Tatiana Baierle:
Psicóloga,
Doutoranda e Mestre
em Psicologia Social
e Institucional,
Docente da PUCRS.

Anderson Comin:
Psicólogo,
Pós-graduado
em Avaliação
Psicológica,
Conselheiro do
CRPRS.

Simone Courel:
Psicóloga,
Especialista em
Psicopedagogia e
Neuropsicologia.



Aline Hernandez:
Psicóloga, Doutora
em Psicologia Social
e Metodologia,
Professora Adjunta
da UERGS.

Aline Hernandez, que trabalha com Psicologia Política e Psicologia Social, teve sua prática muito influenciada pelos movimentos sociais, o que se reflete em uma atuação profissional com “altas doses de ativismo”, como ela mesma define. **“A discussão aberta sobre os conflitos, o espaço de voz para os que ain-**

da não puderam falar, a possibilidade de autogestão ou o ‘faça você mesmo’ quando as instituições fracassam, o espaço para a inventividade, para a criação, para o pensamento grupal, a troca e, talvez, o mais importante: não desistir nunca, apesar de nem sempre conseguir o que pretendíamos”.

De que compromisso social estamos falando?

Para o Sistema Conselhos, o conceito de compromisso social está relacionado à construção de práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada à emancipação humana, à defesa da democracia e das políticas públicas como elementos centrais para a melhoria da qualidade de vida da população, à participação política e aos movimentos de rompimento da profissão com sua tradição elitista.

As responsabilidades que individual ou coletivamente são assumidas pelos profissionais na sociedade caracterizam o compromisso social, para Anderson Comin. “Embora algumas formas de relações em sociedade sejam estipuladas pela via legal, o compromisso social abarca um modo de vida que vai além, devendo ser pautado pelo princípio da alteridade”.

O compromisso social representa também “buscar diminuir as desigualdades sociais, atuar na desconstrução de preconceitos e estereótipos e agir para a promoção do respeito e da produção de vida”, conforme descreve Tatiana Baierle.

A busca por uma sociedade mais justa e igualitária também é destacada por Simone Courel. Para ela, esse compromisso está relacionado à postura de corresponsabilização intrínseca à profissão. “Compromisso social não é discurso, é envolvimento, posicionamento, reflexões e ações, considerando a comunidade e a sociedade em questão”.

Essa corresponsabilidade existe quando o psicólogo sente-se participe de uma situação. “Para que essa dimensão ativista aconteça é fundamental um sentimento forte de identidade, de pertencimento, de

“O compromisso social abarca um modo de vida que vai além, devendo ser pautado pelo princípio da alteridade”.



sentir-se parte, de reconhecer-se na luta e um sentimento de eficácia, de que o fato de lutar fará a diferença, de que o compromisso social é uma instância ética, relacional, proximal de crescer existencialmente a partir do 'outro' social", destaca Aline Hernandez.

Entendendo que as práticas da Psicologia produzem transformações em todas as esferas, Félix Guazina salienta a forte relação existente entre o fazer profissional e a sociedade. "A Psicologia é uma área do conhecimento humano que possui uma historicidade e que está atenta às demandas fabricadas no cotidiano por sujeitos e coletivos reais e não abstratos e a-históricos".

Siloé Rey defende a substituição do termo compromisso social para responsabilidade social, para ampliar seu entendimento. "A palavra compromisso deixa margem a uma solução intermediária entre o *comportalismo adaptacionista* e a Psicologia Social. Por que não utilizamos a expressão responsabilidade social, essa sim, sem margens no que está em questão em nossa intervenção? Nesse sentido, também apontaria para a responsabilidade do profissional quanto à sua formação, com seus inúmeros problemas e inconsistências que posteriormente acabam incidindo nas Comissões de Orientação e Fiscalização e Ética do Sistema Conselhos".

Uma Psicologia em constante movimento

A Psicologia vive um processo de transformação. “Apesar da visão da sociedade ainda ser calcada sobre um modelo clínico tradicional e o psicólogo ainda ser visto de modo hegemônico como o profissional da clínica privada individual, em uma visão estereotipada, vão se construindo outros campos de atuação além dos tradicionais e, mesmo nesses, faz-se presente a possibilidade e a necessidade de um fazer diferenciado, como é o caso, por exemplo, da construção do campo das Clínicas do Trabalho, na Psicologia do Trabalho”, afirma Tatiana Baierle.

Essa ideia de movimento se traduz nas mudanças de foco e percepção da atuação dos profissionais. “A percepção da sociedade é a de que nossa profissão é detentora de um saber e, por conseguinte, da possibilidade de respostas para as mais variadas questões de ordem emocional e comportamental. Essa distorção provoca equivocadas opiniões da sociedade que ora pode ver a Psicologia como uma solução mágica, ora como um artifício técnico de pouca utilidade. Aceitar qualquer um desses lugares implica em um risco para si enquanto profissional, para a imagem da profissão e para o compromisso social que a mesma busca afirmar perante a sociedade”, explica Anderson Comin.

Para Félix Guazina, as mudanças pelas quais a Psicologia vem passando contribuem para a ampliação das possibilidades de atuação do psicólogo. “Acredito que aos poucos estamos saindo de uma

herança da profissão marcada por uma prática individualista e descontextualizada do contexto social, para uma profissão comprometida com as realidades das demandas de um país como o nosso, que possui muitas desigualdades”.

“Muito já foi superado no sentido de uma ideia estereotipada e fechada que atrelava a Psicologia à prática Clínica. Vejo que a Psicologia vem ganhando muito espaço no terreno das políticas públicas, das políticas e organizações vinculadas aos direitos humanos em geral. Trata-se de um momento de abertura, de maior compreensão de que atuamos numa área interdisciplinar e que nossas carências epistemológicas podem ser dissolvidas a partir do encontro com outros saberes, de novas tramas de conhecimentos”, acredita Aline Hernandez.

Assim, compelida a uma produção de conhecimento cada vez mais relacionada às políticas públicas, a Psicologia vem sendo chamada a adotar uma postura política e um discurso social. “Inicialmente voltou-se para as populações mais carentes e minorias, abrindo espaço para práticas diferentes dos modelos tradicionais e propondo ações transformadoras da realidade. No entanto, infelizmente, ainda percebemos dificuldades significativas de ações realmente engajadas com as demandas reais, contextualizadas, visando ao empoderamento dos sujeitos e com críticas efetivas no plano da ação, para além do discurso. A sociedade, por sua vez, ao

mesmo tempo em que demanda transformações, também conclama da Psicologia a solução mágica para os males psicossociais e o enquadramento dos indivíduos a condutas adaptativas e inseridas”, analisa Simone Courel.

ciais e o enquadramento dos indivíduos a condutas adaptativas e inseridas”, analisa Simone Courel.

CRPRS: 40 anos de história

Além de fiscalizar e orientar, os Conselhos Profissionais são solicitados a promover reflexão e contribuir com a construção da própria profissão, a partir das transformações nos modos de vida das pessoas e dos contextos nos quais sua prática se faz presente.

“Nos últimos anos, o CRPRS vem se propondo a uma inserção cada vez maior nas políticas públicas, olhando para os desafios da sociedade atual, levantando a importância de um fazer ético e comprometido com as necessidades sociais e voltado para os direitos humanos. Acredito que as reflexões coletivas e críticas sobre o nosso próprio fazer são fundamentais neste caminhar constante de compromisso social”, afirma Simone Courel.

Para Tatiana Baierle, o CRPRS apresenta uma trajetória de envolvimento direto na construção do compromisso social da Psicologia. “Vejo o CRPRS como um dos regionais mais implicados com esta perspectiva de afirmação de uma psicologia plural. A cultura de fragmentação existente na profissão faz com que muitos pensem a atuação do CRPRS focada em uma área específica e em interesses particulares. Precisamos superar essas questões, compreendendo que a riqueza desta ciência e profissão encontra-se justamente na multiplicidade”, acredita Tatiana.

A descentralização das ações do Conselho é vista como fundamental para for-

talear a profissão em todo o estado. “Espero que o CRPRS continue promovendo diálogos pertinentes entre a categoria e a sociedade e que continue apostando na interiorização”, declara Félix Guazina.

Para os próximos anos, o grande desafio é buscar uma aproximação ainda maior com a categoria, com áreas de atuação tão diversas. “Desejo que o CRPRS possa ‘afetar’ mais os psicólogos, no sentido de que se envolvam ainda mais com as questões sociais e políticas de nossa categoria”, sugere Aline Hernandez.

A contribuição com a formação dos novos psicólogos é outro grande desafio. “O Sistema deve voltar-se ainda mais para as questões referentes à formação, articulando-se com as outras instâncias da profissão a elas referidas para engrossar esforços que garantam uma qualidade de escuta que situe o sujeito para além de seu narcisismo”, acredita Siloé Rey.

Já Anderson Comin, que é conselheiro do CRPRS, projeta muito trabalho na promoção da Psicologia pela garantia de direitos e contra quaisquer formas de segregação. “Espero que possamos trabalhar o compromisso social da Psicologia de forma transversal aos mais diversos campos de atuação da categoria, possibilitando que ela possa ver seu Conselho como parceiro na busca pelo reconhecimento da profissão e por uma sociedade mais humana e mais justa”.



Luta Antimanicomial

SAIBA MAIS

Leia as entrevistas na íntegra em www.crprs.org.br/entrelinhas67.

Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas. Disponível em <http://bit.ly/ReferenciasAD>.

A 10ª edição do Mental Tchê foi realizada em abril deste ano. O CRPRS esteve presente. Leia mais em <http://bit.ly/10MentalTche>.

O CRPRS acredita na importância de fortalecer o movimento da Luta Antimanicomial no Rio Grande do Sul. Para isso, ao longo do ano vem promovendo e participando de diversas atividades relacionadas ao tema e apresenta o depoimento de três militantes da luta.

Como você vê o movimento da Luta Antimanicomial hoje no estado?

→ **Graziela** - Apesar de nossos ideais terem sido reafirmados por mudanças reais nas vidas das pessoas, que hoje já não vivem em hospícios, o “corporativismo dos manicômios” ainda é muito forte. Eles dispõem de recursos financeiros e utilizam argumentos persuasivos que apontam o encarceramento como a melhor e mais humanizada estratégia de cuidado. Eventos como o **Mental Tchê** precisam ser cada vez mais fortalecidos. Acredito também na constante mobilização dos parceiros

do Fórum Gaúcho de Saúde Mental e de tantos outros movimentos que aquecem a militância.

→ **Judete** - Vejo um movimento muito vigoroso com inúmeras ações de conscientização por uma sociedade sem manicômios. Temos núcleos do Fórum Gaúcho de Saúde Mental em vários municípios e esses se movimentam fiscalizando e propondo ações de cuidado em liberdade. Exemplos concretos são as Lei Municipais criadas para fortalecer legislações estaduais e nacionais. Além desses dispositivos legais, temos outros exemplos como o Mental Tchê e

a **Parada Gaúcha do Orgulho Louco**, espaços para a formação e debates da reforma em andamento.

→ **Nika** - Acho que o movimento aqui no estado precisa se fortalecer. Tem verbas que não chegam ao CAPS, precisamos lutar por isso, pelo que temos direito. Verba tem, o Governo Federal e Estadual as repassam para os CAPS, mas não sabemos onde está isso. Não há muito interesse que as coisas funcionem. **Quando estive no Rio**, vi que lá é muito mais forte esse enfrentamento, o pessoal exige que as coisas aconteçam como eles querem. Aqui não temos uma representatividade tão forte.

Por que precisamos manter esse movimento ativo, apesar das conquistas já obtidas com a Reforma Psiquiátrica?

→ **Graziela** - Porque ainda temos Hospitais Psiquiátricos ativos, em pleno vapor e “horror”, e também porque vivemos uma luta ferrenha em relação ao cuidado com usuários de álcool e outras drogas que, em muitos lugares, são “cuidados” com internações, muitas compulsórias, em hospícios. A Luta Antimanicomial precisa se dedicar, com mais veemência, às pessoas que usam/

usaram alguma substância, o que, na maioria das vezes, não é uma questão de seu sofrimento, mas é o que a sociedade higienista é capaz de identificar.

→ **Judete** - Enfrentamos uma instituição que se consolidou em mais de 200 anos. Então, as ideias manicômiais estão no pensamento, no DNA da sociedade. É preciso que enfrentemos o preconceito e os manicômios mentais.

→ **Nika** - Algumas conquistas da Reforma Psiquiátrica não estão consolidadas. Ainda existem clínicas psiquiátricas, por exemplo. Tenho consciência de que em alguns casos, os usuários precisam de internação, mas tem que ser num lugar agradável.

Quais as principais conquistas desse movimento nos últimos anos?

→ **Graziela** - Uma grande conquista foi a criação de serviços de Saúde Mental de base comunitária, com a instituição da **Rede de Atenção Psicossocial - RAPS**. A Rede permite trabalhar a “vida como ela é” dos usuários que a acessam, respeitando seus desejos, sua trajetória e apoiando, a partir disso, a criação de novas possibilidades de vida, permitindo maior autonomia e protagonis-

O CRPRS participou da 4ª Parada Gaúcha do Orgulho Louco. Leia mais em <http://bit.ly/OrgulhoLouco>.

Nika integrou a comitiva organizada pelo CRPRS para participar do Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado em Niterói, no Rio de Janeiro, em maio.

Portaria 3.088 de 2011 do Ministério da Saúde, disponível em <http://bit.ly/Portaria3088>.



SAIBA MAIS
Confira como foram os eventos da Luta Antimanicomial promovidos pelo CRPRS em 2014 em www.crprs.org.br/antimanicomial2014



Mental Tchê



Parada Gaúcha do Orgulho Louco

Graziela Vasques:
Psicóloga,
Coordenadora
Municipal da Saúde
Mental de São
Lourenço do Sul,
organizadora do
Mental Tchê.

Judete Ferrari:
Psicóloga, vereadora
em Alegrete,
coordenadora da
Parada do Orgulho
Louco.

**Eliane Tavares
da Silva (Nika):**
presidente da
Associação Capilé de
Saúde Mental, em São
Leopoldo.



SAIBA MAIS

Vídeo do Seminário
"Psicoterapia na
Saúde Pública",
realizado em Porto
Alegre, disponível
em [http://bit.ly/
PsicoSaudePublica](http://bit.ly/PsicoSaudePublica).

Vídeo do Seminário
"Saúde Mental e suas
(in)visibilidades",
realizado em Santa
Maria, disponível
em [http://bit.ly/
SMInvisibilidades](http://bit.ly/SMInvisibilidades).

mo em seus dias e na construção de sua história.

→ **Judete** - A primeira delas é a Rede de Atenção Psicossocial, que tem a forma de cada comunidade, apesar de ainda encontrarmos alguns serviços com ideias de manicômio. As ações de protagonismo e empoderamento dos usuários e o fortalecimento da participação da família, junto às equipes de trabalhadores, gerindo o cuidado, são outras conquistas muito importantes.

→ **Nika** - Em São Leopoldo conseguimos eleger um colegiado gestor, com uma diretora de saúde mental responsável, e criamos um Plano de Saúde Mental. Queriam trocar nossa proposta para Políticas de Saúde Mental, mas não aceitamos porque Política está relacionada ao governo. Saí governo, entra governo, o plano precisa ser seguido. Pelo Plano, quem elege coordenadores de CAPS e o diretor de saúde mental são os usuários, familiares e trabalhadores.

Tivemos alguns retrocessos? Quais?

→ **Graziela** - Sem dúvida o maior retrocesso foi a reafirmação das Comunidades Terapêuticas (CTs) como possibilidades de cuidado aos usuários de álcool e outras drogas, com financiamento público, do SUS, mesmo após o relatório publicado pelo Conselho Federal de Psicologia que mostrou os absurdos feitos contra os direitos das pessoas que estão nesses lugares.

→ **Judete** - Temos pontos de tensionamento no debate. A exemplo do início da Reforma, as pessoas têm muito

medo de abandonar algumas "convicções" que são muito preconceituosas. O tema do uso abusivo do álcool e outras drogas sofre dificuldade em avançar para o campo saúde. A sociedade, ainda, opina favoravelmente à criminalização do usuário e rejeita as medidas de redução de danos necessárias para a superação do sofrimento psíquico advindo deste uso.

Que desafios o movimento enfrenta atualmente?

→ **Graziela** - O nosso constante desafio é fechar os hospícios e conseguir fazer com que os serviços de base territorial em saúde possam, realmente, trabalhar em Rede. A única forma de realizar um cuidado integral, conforme preconizam as diretrizes do SUS, é em Rede.

→ **Judete** - Trabalhar no campo da cultura e da educação. Buscar ocupar os espaços contribuindo de forma interdisciplinar. Na Parada Gaúcha do Orgulho Louco procuramos envolver as áreas das políticas públicas (educação, cultura, assistência social, meio ambiente, lazer, turismo, segurança, infraestrutura) para que construam atividades.

→ **Nika** - Lutamos contra as privatizações. Em São Leopoldo, querem privatizar um serviço que é para ser público e o grande problema é a quebra de vínculo que será gerada pela rotatividade dos profissionais. Hoje vou conversar com um, amanhã, com outro. Isso a gente não quer, é ruim para usuários e familiares. Por isso, vamos brigar para que não aconteçam as privatizações.

Como as Redes de Atenção Psicossocial podem ser fortalecidas?

→ **Graziela** - Acredito que o trabalho efetivo em Rede só será realizado através de um trabalho multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial, que não se faz dentro das paredes dos serviços, mas sim na rua, na vida, na troca com as pessoas, usuários e trabalhadores. Este “elo” pelo cuidado único e singular de cada pessoa que se deixa cuidar é o que vai fortalecer as RAPS.

→ **Judete** - As redes locais têm que buscar os elementos que orientaram a Reforma Psiquiátrica. Buscar resgatar as características do cuidado artesanal (único para cada sujeito), construindo redes de cuidado que vão mais além dos serviços de saúde e do próprio campo da Saúde. Inclusive a formação, que é um de nossos pontos fortes.

De que forma a sociedade pode contribuir nesta luta?

→ **Graziela** - Creio ser de extrema importância a ampliação do debate, o esclarecimento da importância, do funcionamento e da quebra de mitos conservadores e preconceituosos sobre as RAPS no Controle Social, não só na saúde, mas em outros segmentos, incluindo movimentos sociais. As grandes conquistas cidadãs foram legitimadas por movimentos organizados da sociedade.

→ **Judete** - No processo da Parada do Orgulho Louco inventamos uma ferramenta de encontro com os ativistas, que se chama Paradinha pela Vida. São encontros que vão desde rodas

de conversa, até oficinas de produção de arte e cultura. A sociedade precisa levar os temas da inclusão do louco e da loucura e da inclusão para o seu cotidiano institucional e comunitário. Precisamos seguir inventando novas ferramentas de diálogo sobre o modo de viver e os projetos de vida existentes em nossa sociedade.

→ **Nika** - A sociedade não se envolve muito, ainda acha que o louco deve ficar isolado. Temos em São Leopoldo, por exemplo, um grupo fechado, com familiares que se reúnem para discutir o problema de seus filhos. Não integram a sociedade nesta discussão. Se é para esconder, montamos um hospício de novo e colocamos todos lá dentro.

X ENCONTRO NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL

O CRPRS articulou a formação de uma delegação gaúcha composta por usuários, familiares e trabalhadores da saúde para participar do X Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado no final de maio deste ano. A partir dessa participação, a Comissão de Políticas Públicas, juntamente com os integrantes da delegação, organizou ações para o fortalecimento e ampliação da luta antimanicomial no estado. Confira relato da participação no Encontro acessando www.crprs.org.br/entrelinhas67.



SAIBA MAIS

Vídeo do debate “Por onde andam as (des) institucionalizações da loucura?”, realizado em Porto Alegre, disponível em <http://bit.ly/Desinsti>.



CRPRS RECOMENDA

Documentário “A Casa dos Mortos”, dirigido pela antropóloga Débora Diniz (2009).



PARTICIPE DA DISCUSSÃO

O CRPRS acompanha as discussões relacionadas à Luta Antimanicomial nas reuniões da Comissão e dos Núcleos de Políticas Públicas e da Comissão de Direitos Humanos. Participe dos encontros e contribua com este debate. Acompanhe a agenda de reuniões em www.crprs.org.br/comissoesegts.

Inquietações sobre a guerra às drogas

Diante do aumento de espaços diversos de debate e problematização referente à política de drogas no país circunscreve-se uma problemática de grande relevância à reflexão da categoria quanto aos seus posicionamentos e os efeitos desses em nossas práticas. Temos de um lado a emergência de projetos de lei de descriminalização e regulamentação. De outro, propostas de endurecimento das penas e consequências às pessoas que fazem uso ou produzem e comercializam substâncias ilícitas. Tal problemática é pauta da Comissão de Políticas Públicas (CPP) e o presente texto constitui algumas das inquietações e reflexões oriundas das discussões realizadas na CPP acerca das políticas sobre drogas, das lógicas proibicionistas de combate e eliminação das drogas e seus efeitos na sociedade.

Para início de conversa, a droga, enquanto um fenômeno social complexo, implica múltiplos campos da esfera psicológica e social em que um determinado sujeito está imerso. É preciso lembrar que a droga sempre teve um lugar social, desde as mais remotas tribos primitivas, sendo usada em ritos de passagem, em cerimônias religiosas, e continua sendo usada para estes fins até hoje. No entanto, essa relação vem sendo modificada ao longo dos anos, passando a fazer parte da nossa cultura a busca

do prazer no efeito de narcose que as drogas proporcionam.

O uso abusivo/problemático de álcool e outras drogas vem colocando em questão saberes constituídos e a forma como se organiza a sociedade atual, sob um sistema capitalista globalizado. Tal sistema contribui para a proliferação de discursos que se pretendem hegemônicos e que produzem processos de subjetivação que criam sujeitos dependentes, acima de tudo, do consumo e do imperativo do prazer.

Alguns saberes e discursos têm se disseminado no senso comum, a respeito do uso de drogas e a forma de lidar com estas. **Domiciano Siqueira** aborda três possibilidades de interpretação, com consequentes intervenções ao sujeito que faz uso de drogas. Na visão da tradição religiosa, o uso de drogas se traduz como pecado, frente ao qual a expiação/conversão se oferece como resposta. A saúde, em uma visão biomédica, vê o sujeito que faz uso de drogas como um doente, portador da chamada Dependência Química, frente à qual a solução seria a Clínica Psiquiátrica, visando à abstinência a partir da internação/isolamento do sujeito. Por fim, na visão apresentada pela Justiça, a pessoa que usa drogas é considerada alguém que cometeu um delito e, por isso, passível de punição, inclusive anos de reclusão na cadeia. Esses três pontos de

SIQUEIRA, Domiciano. (2010). Construindo a Descriminalização... In: SANTOS, Loiva M. B. (Org). Outras Palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. CRPRS.



Leia na íntegra o artigo da Comissão de Políticas Públicas do CRPRS em www.crprs.org.br/entrelinhas67.

vista (ainda muito presentes em nossa sociedade) indicariam os três espaços/lugares para onde as pessoas que usam drogas são destinadas: cadeia, igreja (comunidades terapêuticas) e hospitais psiquiátricos (internações compulsórias, involuntárias etc).

Estes discursos têm em comum o fato de fomentar uma generalização, sem diferenciação dos tipos de usos que se faz da droga, ou seja, todos os usuários são tidos como “doentes”, “pecadores”, “possuídos” ou “criminosos”. Contudo, todos nós, em algum momento de nossa vida, fazemos uso de drogas. Desde o álcool que usamos em ocasiões festivas, até as drogas receitadas no atendimento médico (as quais, muitas vezes, são tão viciantes quanto substâncias consideradas ilícitas). Ao apostar no ideal da abstinência, estes discursos colocam a droga no centro das atenções, desconsiderando o sujeito e a relação que ele estabelece com a substância. Produz-se assim, uma identificação com o sintoma, entra-se na lógica da dualidade entre dependência/independência idealizadas, criadas pela nossa própria sociedade e em que o usuário dependente se vê preso.

Se pretendemos enfrentar com seriedade a questão do uso abusivo/problemático de drogas, não podemos deixar de levar em consideração que vivemos num mundo que é intermediado não só por substâncias lícitas ou ilícitas, mas por tecnologias e objetos de consumo. É preciso questionar as políticas sobre drogas que visam à sua eliminação do convívio social, pois



como refere Corso, “(...) **uma sociedade livre de drogas é, neste momento, nesse mundo competitivo e ansioso, uma utopia ingênua. Vivemos numa sociedade fortemente toxicômana e não nos reconhecemos como tal. O pai não dorme sem o uísque e o Rivotril, a mãe toma antidepressivos há anos, o caçula não estuda sem a Ritalina, mas o único errado é o filho que fuma maconha. Temos remédios para dormir, para ficar acordado, para ficar mais focado, para viabilizar a ereção, para calar a angústia, para driblar a depressão, para não oscilar o humor, enfim, a lista é grande**”. Isto significa reconhecer que criamos uma sociedade em que o desafio é não necessitar de nenhum tipo de substância ou objeto de consumo, para lidar com a realidade! O texto encerra, mas a discussão continua e é permanente.

Comissão de Políticas Públicas do CRPRS

• CORSO, Mário. (2012). Resenha ao livro de Luiz Eduardo Soares, “Tudo ou Nada”. Disponível em: <http://www.marioedianacorso.com/tudo-ou-nada>.



PARTICIPE DA DISCUSSÃO
O CRPRS acompanha as discussões relacionadas à regulamentação das drogas nas reuniões da Comissão e dos Núcleos de Políticas Públicas. Participe dos encontros e contribua com este debate. Acompanhe agenda de reuniões em www.crprs.org.br/comissoesegts.

Tempo de travessia



Sou psicólogo e trabalho em um CRAS, eu posso liberar benefício? Trabalho em uma unidade de saúde e fui solicitado a realizar avaliação para destituição do poder familiar, o que é isso? Fui demandando pelo judiciário a realizar uma avaliação psicológica, mas não me sinto preparado, e agora? Trabalho no NASEF, como faço se preciso atender mãe e filha?

Respeitando o caráter de intervenção necessário, no momento em que a categoria passa ocupar, cada vez mais, a função de executores e também de gestores das políticas públicas e reconhecendo a complexidade do assunto, o CREPOP tem produzido materiais que auxiliem na reflexão dos efeitos das nossas práticas sobre o mundo em que vivemos. Quais são os efeitos que a avaliação psicológica que eu entregarei ao juiz irá produzir para a família que atendo? Para que serve o benefício social que estão me pedindo para entregar? Ele é um produtor de autonomia deste sujeito? A complexidade envolvida nessas situações faz com que respostas sobre certo e errado, boa ou má ação, sejam inadequadas.

As respostas a essas perguntas precisam ser construídas em

um diálogo entre os saberes que fundamentam a Psicologia e as recomendações das políticas públicas que organizam aquele campo de atuação. Entender os marcos lógicos e legais é fundamental para pensar a direção política daquelas políticas nas quais estamos atuando. Não se fala aqui de política partidária, mas, de Política como algo que aponta para as coletividades. Política como algo que influencia a nossa vida comum. Política como expressão de interesses diversos. Política como algo que desenha um determinado projeto de sociedade. As referências produzidas pelo CREPOP são sim técnicas, mas também são políticas, na medida em que apontam para o modelo de sociedade em prol do qual a Psicologia Brasileira deseja trabalhar.

Quando recebemos perguntas como aquelas, nós nos colocamos a pensar, junto com quem perguntou, quais os múltiplos interesses que estão colocados no campo de atuação; o que precisamos considerar no momento de formular uma resposta ao problema apresentado e quais os efeitos que a prática do psicólogo pode produzir naquele contexto.

Perguntas como aquelas também têm sido usadas para repensar e, sempre que necessário, rever as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia que regem o nosso exercício profissional – atualizando as prerrogativas de atuação e função social da Psicologia.

Nós do CREPOP entendemos que estamos vivendo um tempo de travessia. Existe a compreensão de que nossas práticas precisam ser renovadas e que o nosso campo de trabalho vem sendo reconfigurado. Contudo, ainda estamos construindo os modos de operar neste outro cenário, por isso, as referências técnicas que disponibilizamos fazem uma dupla aposta. A primeira é na inventividade que as psicólogas e os psicólogos têm de responder de forma singular as demandas que encontram; e a segunda é na porosidade da Psicologia enquanto profissão/instituição para renovar seus aparatos normativos de modo a acolher as transformações que têm sido demandadas durante este tempo de travessia.

André Sales
Assessor Técnico de Políticas Públicas
Yasmine Maggi e Edson Knevez Silva
Estagiários
Alexandra Ximendes
Conselheira de Referência

Resolução 18/2002 e o desafio à profissão

O Sistema Conselhos de Psicologia vem, nos últimos anos, pautando propositivamente a discussão dos direitos humanos. Nesse contexto, buscando reforçar o princípio de que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana”, por meio da Resolução do CFP nº 18/2002. O texto inaugura uma relação objetiva de orientação do Sistema Conselhos e seus inscritos, naquilo que se refere ao preconceito e à discriminação racial, alertando para situações que possam estar inseridas em contextos e condutas profissionais.

“Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”. (Resolução CFP nº 18-2002)

A Resolução estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, buscando reforçar preceitos determinados pelo próprio Código de Ética Profissional do Psicólogo, já em seus princípios fundamentais.

A normativa ainda reconhece que a discriminação, o racismo e a reprodução de práticas violadoras de direitos, além de serem antiéticas e criminosas, reproduzem sofrimento psíquico, num contrassenso dos parâmetros a serem alcançados pelas práticas profissionais, do reconhecimento de direitos de seus atendidos e do próprio compromisso do psicólogo em seu fazer. Se no passado, infelizmente, algumas teorias e posturas profissionais indicaram e reproduziram discriminações, hoje, nos cabe, enquanto profissão, repelir de forma absoluta e enérgica toda e qualquer forma de preconceito.

Logo, temos uma tarefa inafiançável: dizer que são consideradas absurdas práti-

cas profissionais que ainda hoje reproduzem discriminação e preconceito, em especial, nos instrumentos psicológicos, como resultados de avaliação psicológica (laudos e pareceres), indicações técnicas para tratamentos e em processos terapêuticos continuados.

“Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia”. (idem)

A tarefa do Conselho, em sua doutrina ético-política, está em refrear procedimentos que possam – em nome de supostas verdades científicas – reforçar ou violar princípios fundamentais daqueles que estão aos cuidados de um profissional da Psicologia.

“Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial”. (idem)

A possibilidade de relativizar ou mesmo franquear condutas que facilitam o racismo e a discriminação, passa, inevitavelmente, pela vigilância do profissional, que por meio de uma reflexão crítica deve estar atento aos desafios de sua prática.

Lucio Fernando Garcia – Coord. da Área Técnica



SAIBA MAIS:
Resolução CFP nº 18/2002
http://bit.ly/resolucao18_2002

Revista do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil
http://bit.ly/Encontro_Nacional_Psicologos_Negros

Referências técnicas para atuação de Psicólogos(os) em Políticas Públicas sobre a ótica das Relações Raciais
http://bit.ly/CREPOP_Relacoes_Raciais



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> ausente <input type="checkbox"/> falecido <input type="checkbox"/> recusado <input type="checkbox"/> não procurado <input type="checkbox"/> mudou-se	<input type="checkbox"/> endereço insuficiente <input type="checkbox"/> não existe o número indicado <input type="checkbox"/> desconhecido <input type="checkbox"/> inf. porteiro/síndico <input type="checkbox"/> outros (especificar)
---	---

____/____/____ data	_____ rubrica do responsável
------------------------	---------------------------------

VISTO _____

Agência Avenida Protásio Alves - CEP: 90410-970

Cursos

Especialização em Análise Comportamental Clínica

Início em 02/08/014
 Brasília DF
 Informações: (61) 3242.5250
 ibac@ibac.com.br
 www.ibac.com.br

Especialização em Terapias Individual, Familiar e de Casal- Abordagem Sistêmico-Integrativa

Início em 13/08/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3330.0353
 infapa@cpovo.net
 www.infapa.com.br

Especialização em Psicoterapia Psicanalítica

Início em 13/08/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3209.6524
 esipp@esipp.com.br
 www.esipp.com.br

23º Curso de Especialização em Saúde Pública/UFRGS

Início em 15/08/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3308-5327
 saudepublica@ufrgs.br
 ufrgs.br/saudepublica

Formação em Análise Comportamental Clínica

Início em 16/08/2014
 Brasília/DF
 Informações: (61) 3242.5250
 ibac@ibac.com.br
 www.ibac.com.br

Técnica de Psicoterapia Psicanalítica para Iniciantes

21/08 a 13/11/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

Uma Introdução à Psiquiatria: Psicofármacos e Principais Transtornos

06/09 a 13/09/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

O Pensamento de Wilfred Bion na Psicanálise Atual: Uma Introdução

12/09 a 03/10/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

História da Psicanálise: Origem e Laços com a Cultura

27/09 a 25/10/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

Introdução à Psicoterapia Pais-Bebês

08/11/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

Dependência Química: Aspectos Psiquiátricos

22 e 29/11/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

Grupos de Estudo

A Escuta do Terapeuta: Atelier de Contação de Histórias

12/08 a 25/11/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

Introdução ao Pensamento de Winnicott

15/08 a 21/11/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

Obra de Melanie Klein

14/08 a 27/11/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

A Escuta do Terapeuta: Atelier de Contação de Histórias

12/08 a 25/11/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3311.3008
 itipoa@itipoa.com.br
 www.itipoa.com.br

Congressos, Jornadas e Colóquios

Jornada Vínculos na Contemporaneidade

29 e 30/08/2014
 Carlos Barbosa/RS
 Informações: (54) 9607.3034
 marta_giacomini@yahoo.com.br
 www.serpsi.org.br

Jornada Diálogos com Elisabeth Roudinesco

03 e 04/10/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 3019.5340
 newsletter@contemporaneo.org.br
 contemporaneo.org.br

II Congresso Multidisciplinar do Instituto do Câncer do Hospital Mãe de Deus

10 e 11/10/2014
 Porto Alegre/RS
 Informações: (51) 2108 3111
 icmd@officemarketing.com.br
 www.icmd2014.com.br

II Colóquio de Orientação Profissional, de Carreira e para a Aposentadoria

16 a 18/10/2014
 Salvador/BA
 Informações: (48) 3322.1021 / 3024.6030
 instserop@instserop.com.br
 www.coloquioopca.com.br

3º Congresso Brasileiro de Terapias Cognitivas da Infância e Adolescência

06 a 08/11/2014
 Curitiba/PR
 Informações: (51) 3066.3690
 contato@concriad.com.br
 www.concriad.com.br

IV Congresso Brasileiro de Psicologia - Ciência e Profissão

19 a 23/11/2014
 São Paulo/SP
 Informações:
 www.cienciaeprofissao.com.br